

O POLÍTICO NA LÍNGUA: “TRAMANDO” SENTIDOS

Rejane Centurion¹



Resumo: O trabalho em questão consiste em discutir a sufixação sob o olhar da análise do discurso de vertente francesa. Nosso objetivo é pensá-la como um processo discursivo derrisório que visa a descaracterizar o discurso político do outro. Tal discussão aconteceu em nosso curso de mestrado e, para esta discussão, estabeleceremos, como recorte, trechos da análise propriamente dita, apresentando alguns dos resultados alcançados. A partir do tratamento verificado nas gramáticas tradicionais e em algumas correntes linguísticas, apresentaremos, fundamentados nos trabalhos de Authier-Revuz e Bonnafous, a leitura que a análise de discurso francesa pode fazer do fenômeno em questão. Baseados em enunciados proferidos por políticos desde os escândalos do mensalão à reeleição e posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (maio de 2005 a 1º de janeiro de 2007), postulamos que os sufixos funcionam como modalizadores autonímicos derrisórios.

Palavras-chave: sufixos; discurso político; modalização autonímica; heterogeneidade; derrisão; trama.

Abstract: This work discusses the suffixation from the perspective of discourse analysis of French orientation. Our goal is to think of it as a derisory discursive process that seeks to mischaracterize the politic discourse of the other. This study was developed in our master degree course and we have selected some excerpts of the analysis itself, presenting here some of the reached results. From the treatment found in traditional grammars and some linguistics theories, we present (based on the works of Authier-Revuz and Bonnafous) the reading the French discourse analysis can make of this phenomenon. Based on statements pronounced by politicians since the “mensalão” scandals to the re-election and inauguration of the president Luiz Inácio Lula da Silva (May 2005 to January 1, 2007) we claim that the suffixes work as derisory autonomic modalizers.

Keywords: suffixation; politic discourse; autonomic modalization; heterogeneity; derision; plot.

A sufixação nas gramáticas normativas e em algumas escolas e domínios das ciências da linguagem

Ao falarmos em sufixação, é inevitável que nos venha à mente aquela tradicional lista de sufixos presentes nas gramáticas normativas. Nestas, os fatos da língua são apresentados como definitivos, não-variáveis. Foi assim com as antigas (desde a grega e a latina) e, ainda, com as contemporâneas. Não seria diferente com os sufixos... A regra geral prescreve que um sufixo à disposição numa lista de alguma gramática é acrescentado a um radical, emprestando-lhe seu sentido geral, e, então, uma nova palavra surge. Dessa forma, a formação de novas palavras pela derivação sufixal assemelha-se a um processo mecânico: basta usar um sufixo com o sentido pretendido constante numa lista de alguma gramática e agregá-lo a um radical.

Consultamos quatro gramáticas normativas – cujos autores são Cegalla (1996), Bechara (1989), Melo (1970) e Cunha & Cintra (1985) – e pudemos conferir que a apresentação dos sufixos segue o

seguinte padrão: primeiramente, temos o sufixo ou um grupo de sufixos; a seguir, o sentido geral e, para encerrar, alguns exemplos.

Outra constatação foi a de que desconsideram a homofonia² dos sufixos, preocupando-se mais com a apresentação de listas do que com um verdadeiro estudo gramatical do processo da sufixação. Os sufixos homófonos são apenas um dos exemplos.

Acreditamos que transpor um olhar gramatical/ normativo às palavras é interpretá-las de forma a lhes retirar toda a sua discursividade, desconsiderando o uso e as condições de produção que as envolvem. Em outras palavras, é desconsiderar que a língua possui um funcionamento que é integralmente linguístico e histórico. Ao buscar o sentido da palavra, Saussure afirmara que “somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes à realidade, e abandonamos toda e qualquer outra que se possa imaginar” (p. 80). Na verdade, assim o fazemos por estarmos inseridos numa cultura cuja tradição gramatical determina a pesquisa aos compêndios e o



empréstimo do sentido geral do sufixo ao radical em questão.

Ao contrário das gramáticas normativas, que prescrevem regras e listam sufixos para a formação de palavras, o estruturalismo faz a descrição do processo. Para os teóricos dessa corrente, a derivação consiste na formação de palavras por meio de afixos agregados a um morfema lexical. Os gerativistas, por sua vez, preocupam-se em explicitar a capacidade/competência que um falante tem em relação ao léxico de sua língua, tentando mostrar que o léxico é um lugar vital, não uma lista passiva de palavras com seus significados. Com o funcionalismo, o parâmetro é o uso. Diferentemente das gramáticas tradicionais, os exemplos são baseados na língua viva, em uso, e não em prescrições. A partir do uso em textos reais é que são mostradas as regras que regem seu funcionamento. Finalmente, para a teoria da argumentação, o sufixo tem um funcionamento argumentativo. Fiorin (2006) sugere que repensemos a sufixação que, para ele, pode ter outras funções no jogo argumentativo além de criar simulacros do discurso do outro.

O olhar da AD francesa

É comum ouvirmos, diariamente, palavras novas serem criadas por políticos: continuísmo, mensalão, quadrilheiro... Outras, por sua vez, serem ressignificadas: vampiro, sanguessuga, furacão, navalha... O mais comum ainda é que tais escolhas lexicais ocorrem com o objetivo de descaracterizar o discurso do oponente. Isso nos instigou, levando-nos a estabelecer o seguinte recorte para este trabalho: observar o processo de formação de palavras denominado sufixação, no discurso político, em sua modalidade escrita.

Como *corpus* empírico, selecionamos enunciados proferidos por políticos (em gêneros e suportes diversos) entre os períodos de maio de 2005 a 1º de janeiro de 2007, precisamente, do escândalo das denúncias do mensalão à posse do segundo mandato do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse período, os partidos de oposição tentavam atacar os de situação por meio do discurso desqualificador – a mesma arma usada como estratégia de defesa pela situação. Como apoio para seus “ataques verbais”, formavam e ressignificavam as mais diversas palavras possíveis. Dessa forma, a ação política se realizava pela linguagem, sendo tais

palavras “hospedeiras” da ideologia dos partidos políticos.

Ao enunciar, o sujeito político acredita ser o portador de uma certa autoridade, já que fora eleito pelo povo e se sente legitimado por isso. Como nosso *corpus* compreende o período entre o escândalo do mensalão, a eleição e posse presidencial, não nos surpreende encontrarmos enunciados nos quais os políticos de oposição usem da autoridade legitimada para fazer denúncias envolvendo o governo, tentando construir o *ethos* de “defensores” dos direitos da população, “abrindo-lhe os olhos”, reservando à situação o papel de defender-se de tais denúncias. Na verdade, ambos partidos se encontravam em “relações de forças”, num jogo de interesses por cargos políticos, realizando o que fosse conveniente para alcançarem o objetivo principal: a oposição na tentativa de ocupar o poder; a situação tentando manter-se nele.

Charaudeau (2006, p.92-3) acredita que desqualificar seja um dos polos constitutivos do discurso político, sendo uma necessidade do sujeito político rejeitar os valores do adversário. Dessa forma, a confrontação entre forças políticas antagônicas assemelha-se a uma guerra em período eleitoral, exigindo dos concorrentes mais do que um projeto interessante, mas também muita malícia.

Destacamos, nesse trabalho, uma estratégia discursiva empregada pelos políticos a partir do formal na língua (a derivação sufixal), com o objetivo de ofender uns aos outros e também de se defender (de forma ofensiva). Formações novas e ressignificações de palavras com os sufixos – **eiro** e –**ismo** chamaram nossa atenção, levando-nos a refletir sobre o funcionamento discursivo desses sufixos, caracterizados em nosso trabalho como marcas de heterogeneidade constitutiva do sentido, como desqualificadores do discurso do Outro.

Se considerarmos apenas as contribuições normativas, a significação das palavras assumirá uma determinada conotação. No entanto, considerando as condições de produção nas quais os enunciados foram produzidos e a formação discursiva na qual os sujeitos autores destes enunciados se inscrevem, postulamos que as palavras passam a assumir uma conotação pejorativa, negativa. Nossa proposta é, então, analisar tais ocorrências inscritas em seu contexto discursivo e mostrar a significação que assumem

quando lidas numa perspectiva discursiva. Mostrar, pois, que os sufixos são mais do que pregam as gramáticas normativas – são também marcas de heterogeneidade e derrisão.

O sufixo –eiro

Com as denúncias do mensalão, ocorridas a partir de maio do ano de 2005, formações novas e ressignificações de palavras com o sufixo **–eiro** agentivo passaram a ser bastante utilizadas, principalmente por partidos de oposição ao governo e pela mídia em geral.

Mensaleiro é um bom exemplo. Nesse caso, o sufixo forma um substantivo que pode denotar profissão, ofício ou agente. A palavra formada se refere aos políticos envolvidos nos escândalos do mensalão, sendo a maior parte deles aliada ao partido do presidente da República (PT), o que faz aumentar ainda mais o número de críticas: “Assim como renunciar à ideologia deu certo para chegar ao poder, talvez a renúncia à recuperação ética também dê certo – e os **mensaleiros** acabem de volta a Brasília a bordo de mandatos renovados” (PETRY, 17/05/06, p.47).

Este enunciado revela que o articulista critica tanto as atitudes individuais dos mensaleiros – que renunciaram à ética – quanto as do Partido dos Trabalhadores – que renunciou à sua ideologia. O partido que nasceu para reivindicar o direito dos trabalhadores não é mais o mesmo. De acusador passou a alvo de acusações. Ao afirmar que os mensaleiros renunciaram à ideologia e à ética, André Petry acusa toda a base aliada ao governo petista. E ainda é irônico: se a renúncia à ideologia deu certo, por que a renúncia à recuperação ética também não o daria?

Mas, o que deu certo? A que se refere o enunciador? Acreditamos que esteja se referindo aos cargos políticos relacionados à presidência da República, pois, como é sabido de todos, a imprensa atribui a conquista da presidência pelo PT, em 2002, à mudança na condução da campanha comparada às tentativas anteriores – um “Lulinha paz e amor”, sem radicalismos, que se alia a partidos de direita...⁴ Enfim, o partido perdeu a característica inicial, mas “chegou lá”. Por isso, conclui que talvez a renúncia à recuperação ética mantenha “os mensaleiros” em Brasília.

Mensaleiro, que, segundo uma leitura prescritiva, denotava “aquele que exerce um ofício

específico e por isso recebe uma quantia mensal”, não pode assim ser lido, pois não existe esse ofício legitimado. Na verdade, para que se receba essa quantia – o mensalão –, não há o exercício de um ofício, de uma atividade, mas escusos acordos políticos do tipo “toma lá, dá cá”. Ao denominar os políticos da situação de **mensaleiros**, a oposição quer que seus “acordos” sejam interpretados como uma atividade fixa, corriqueira, do dia-a-dia. Ou seja, fazer acordos políticos visando ao benefício próprio está associado ao “**mensaleiro**”, assim como o ato de fazer pães está para um padeiro.

Vê-se, portanto, que alguns adjetivos formados a partir do sufixo **–eiro** (a), no contexto político, desqualificam o objeto referido, sugerindo a ideia de algo pejorativo, assim como também os substantivos formados por este sufixo, assumindo uma conotação negativa, como postulamos anteriormente.

O sufixo –ismo

Dessa vez, o sufixo trabalhado aparece com dois sentidos distintos: formador de nomes de ação ou resultado de ação e formador de nomes que indicam maneira de pensar, doutrina que alguém segue, ideologia. As palavras selecionadas foram **denuncismo** (para o primeiro caso) e **lulismo** (para o segundo caso).

Denuncismo sugere, à primeira vista, o sentido de denúncia. No entanto, os autores preferiram a primeira forma. Não por acaso... Na verdade, **denuncismo** sugere uma conotação negativa, sendo visto como um mal social:

O **denuncismo** é uma doença terminal do jornalismo que se manifesta em momentos de crise política profunda como a atual. É vital não deixar esse mal se instalar. A vacina contra o **denuncismo** passa pela apuração diligente, árdua e trabalhosa dos fatos que se julga imperioso levar ao conhecimento da opinião pública. (Editorial da revista Veja, 13/07/05, p.9).

Temos de aproveitar o fogo da batalha para eliminar todo o lixo da corrupção e do **denuncismo**. Ou seja, não podemos aceitar o **denuncismo**, o banditismo, para punir apenas alguns corruptos e alcagüetes em troca da ‘inocentagem’ de outros. [...] Não se pode, sob nenhuma hipótese, premiar a criminalidade e o **denuncismo**. (JONES, 25/08/05).



O primeiro enunciado revela a negatividade agregada ao termo, sendo definido pelo autor como uma *doença terminal do jornalismo*, como um mal que precisa de vacina. Segundo o autor, esse *mal* se manifesta em momentos de crise política profunda, cujos disseminadores são os jornalistas. Ele sugere, então, que a vacina seja a apuração rigorosa dos fatos antes que estes se tornem públicos, visto que muitas das denúncias apresentadas não são baseadas em provas concretas.

No segundo enunciado, Alberto da Silva Jones define **denuncismo** como *lixo e, ainda, banditismo*, colocando-o ao lado da corrupção. A situação política é descrita por ele como uma *batalha* na qual os políticos trocam acusações, sendo o **denuncismo** uma arma, inclusive para os corruptos, que, por meio da delação premiada, têm suas penas abrandadas. Para Jones, é inadmissível o uso do **denuncismo** para punir alguns corruptos em troca da “inocentagem” de outros. Ao afirmar *Não se pode, sob nenhuma hipótese, premiar a criminalidade e o denuncismo*, considera este um crime que precisa ser eliminado da sociedade.

Dessa forma, vemos que a palavra **denuncismo** é empregada, preferencialmente, pelos partidos de situação, alvos de acusações por parte da oposição, que, por sua vez, almejam o poder. É uma forma de tentarem se defender por meio da própria palavra. Ao enunciarem **denuncismo**, em vez de denúncia, ressignificam o sentido desta, passando a associá-la a termos como doença, banditismo, crime... De “ato ou efeito de denunciar”, a palavra passa a assumir a seguinte conotação: “o ato de fazer denúncias sem basear-se em provas concretas, com o objetivo de obter vantagens políticas”. Com isso, o denunciado se defende e ainda desqualifica o discurso do outro.

Muito comum também são as formações tendo como radical nomes de pessoas, cujo objetivo é expressar o pensamento/ ideologia destas. Sendo Lula o situacionista, já era de se esperar que fosse o “alvo-mor”. Assim, combater e acabar de vez com o **lulismo** seria a melhor saída encontrada pela oposição, que tentava desqualificá-lo fazendo uso de discursos agressivos.

Ipojuca Pontes compara o fenômeno do **lulismo** ao do stalinismo:

Hoje, as provas contra Stalin são inquestionáveis e, se querem saber, a minha opinião pessoal é de que existe, de certo modo, um dado precioso que demonstra a afinidade eletiva entre os fenômenos do **lulismo** e do **stalinismo** da era do Grande Terror”. (PONTES, 17/07/2006).

Tudo o que foi considerado ruim na era de Stalin é transferido para a de Lula, como se vivêssemos um *Grande Terror*. Aponta a inquestionabilidade das provas contra Stalin para, na verdade, acusar Lula, o presidente do país que vive a “Grande Corrupção”. Para Ipojuca, ambos submeteram a grande massa à lavagem cerebral por meio da propaganda oficial, no intuito de fazer com que suas “verdades” fossem tidas como únicas. Assim como Stalin afirmava não saber o que Nikolai Iejov (seu homem de confiança) fazia, impostando um ar de surpresa diante das denúncias de prisões e assassinatos em massa, Lula adotou a postura do dirigente que não sabia de nada nem muito menos do que faziam no seu governo. Apesar de esclarecer que há uma distinção notável na graduação dos crimes e métodos, o autor os nivela como dois males sociais: o carniceiro socialista, que matou em massa, e o ex-metalúrgico, que se deixou corromper industrialmente. Supomos que a vontade do autor é que um dia seja provado o envolvimento de Lula nos escândalos de corrupção, já que hoje as provas contra Stalin são inquestionáveis.

A necessidade de combater o **lulismo** é tamanha que em muitos artigos lemos o decreto de sua morte como uma tentativa de diminuí-lo.

A Folha On-line comentou, em 06/07/05, trechos de matérias publicadas em jornais internacionais a respeito das denúncias ao governo Lula. Entre elas, destacamos a que se refere à morte do **lulismo**, definido como um credo: “Mas nas últimas semanas tudo veio abaixo e foi decretada a morte do ‘**lulismo**’, como seu credo político é conhecido” (Internacional Herald Tribune, Folha on-line, 06/07/05).

No artigo denominado “A morte do PT-**lulismo**”, Alexandre Dias comenta que a derrota nas eleições de 1994 impulsionou o fenômeno PT-**lulismo**, porém, com a “caída” de seus principais mentores, morre o **lulismo**, sobrando o petismo. Lula cai, mas seu partido não:

O PT-lulismo foi um fenômeno político impulsionado pela derrota nas eleições presidenciais de 1994. [...] Mas, agora, o **lulismo** morreu. Caíram seus principais mentores: Dirceu, Gushiken, Genoíno e, finalmente, Palocci. Sobrou o petismo. Um petismo sem rumo, sem ideologia, sem utopia. Um petismo perdido entre os ideais que um dia teve, e os ideais que hoje não tem. (DIAS, 29/03/06).

No entanto, com a vitória de Lula, fica claro que se algo morreu foi o petismo, não o **lulismo**. É o que podemos conferir na afirmação de Valter Pomar, comentada por Felipe Neves:

O secretário de relações internacionais do diretório nacional do PT, Valter Pomar, demonstrou nesta segunda-feira preocupação com o futuro do partido e com o fenômeno '**lulismo**'. 'O elemento que tem que ser priorizado é o petismo', disse. Com o termo '**lulismo**', Pomar se referia ao carisma do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao fato de esse carisma ser capaz de angariar votos, independentemente da filiação partidária e ideológica. (NEVES, 13/11/06).

Vemos, pois, que o termo **lulismo** foi constantemente referido durante o período eleitoral, inclusive como o de uma doença: "O **lulismo** é uma psicopatia. [...] Se Lula for reeleito, é sinal que os brasileiros surtaram" (MAINARDI, Veja online, 08/07/06).

Diogo Mainardi desenvolve o artigo de forma que Lula seja visto como um psicopata. Não foi à toa que escolheu o seguinte título: *O lulismo-lelé*.

Como último exemplo, destacamos trechos do artigo "A gênese do **lulismo**", de Ricardo Antunes. Nele, o autor aponta Lula como um caso excepcional de um operário brasileiro que assumiu projeção política nacional. Reproduz, de forma breve, a trajetória de Lula – da migração do nordeste ao momento atual, em que é visto como um fenômeno:

[...] por detrás de sua aparente simplicidade, aflorava alguém que prezava cada vez mais o culto à personalidade, cultuava a condição líder e mesmo *tertius*, dentro do PT, o que acabou por fazer proliferar, dentro e fora do partido, o fenômeno do **lulismo**. Se durante a década de 1980, das mais ricas da história das lutas sociais no Brasil, Lula soube se manter colado aos interesses majoritários do mundo do

trabalho, na década seguinte, marcada pela desertificação neoliberal, Lula consolidou sua maior mutação. Que lhe custou a vértebra. E, sem ela, restou o **lulismo**. Estava concluída sua fase primeva. Gestava-se, então, o novo 'messias' da política, dentro e fora do PT. Escolhido para desafiar o neoliberalismo, tornou-se o seu mais competente paladino. (ANTUNES, 20/02/06).

De acordo com Antunes, o prezo de Lula no culto à personalidade e à condição de líder contribuíram para fazer proliferar a associação de sua imagem a de um fenômeno. Passou por uma mutação, não mais se mantendo colado aos interesses trabalhistas, mas sendo escolhido para desafiar o neoliberalismo, chegando a ser considerado por Antunes com o novo '*messias da política, dentro e fora do PT*'. Não o "*messias*" salvador dos pobres, presidente de sindicato, mobilizador de greves, político de esquerda, ou algo parecido, pois, segundo Antunes, essa fase primitiva passara (*Estava concluída sua fase primeva*); agora é a vez do homem responsável pela economia de um país, do presidente da República, e, por que não, do neoliberal? É como se tivesse passado a fase do "oba-oba", dando lugar à fase "séria".

Credo, doença, mal, loucura, psicopatia, carisma, messias... Eis alguns termos associados ao fenômeno do **lulismo**. Entre as críticas positivas e negativas, essas foram as predominantes na última corrida eleitoral. Oposição e mídia atacavam o mal desqualificando-o para bani-lo, tomando como uma das estratégias o emprego do sufixo **-ismo**. De "relativo a Lula", **lulismo** era, na verdade, associado a tudo o que fosse ruim e nocivo à sociedade.

Vê-se, portanto, que o emprego dos sufixos possibilitou uma significação negativa às ocorrências. Apresentamos, em seguida, um quadro que mostra as conotações das ocorrências considerando as leituras prescritiva e discursiva:



| Ocorrências | Leitura prescritiva | Leitura discursiva |
|-------------|--|--|
| Mensaleiro | Alguém que recebe uma quantia mensal por exercer um ofício específico. | Alguém que recebe uma quantia mensal exorbitante em troca de acordos políticos escusos. |
| Denuncismo | Ato ou efeito de denunciar. | Fazer denúncias sem basear -se em provas concretas, com o objetivo de obter vantagens políticas. |
| Lulismo | Relativo a Lula. | Refere-se ao que há de ruim na ideologia de Lula, atual presidente do Brasil. |

Depois do batimento descrição, o da interpretação...

Nosso trabalho dialoga com a proposta de Jacqueline Authier-Revuz, que parte das formas da língua para mostrar as não-coincidências (ao invés das evidências) que atravessam os dizeres. A autora aponta uma inevitável heterogeneidade teórica que afeta a abordagem linguística dos fatos enunciativos, impondo a explicitação dos exteriores teóricos. Partir das formas da língua inscreve o trabalho da autora numa corrente *enunciativa no sentido estrito, neo-estruturalista*. Authier-Revuz não ignora a questão da estrutura, dando um lugar para o conhecimento de sua articulação com a linguagem.

A autora (2004) classifica a heterogeneidade em dois tipos: a constitutiva e a mostrada. A primeira ocorre quando o discurso é colocado em relação de alteridade, não se mostrando no fio do discurso. A segunda, por sua vez, faz referência à presença do Outro, podendo ser marcada (as glosas, as aspas, o discurso direto, o discurso indireto...) ou não-marcada (a ironia, a imitação...).

A autora se ancora em dois pontos de vista exteriores à linguística para fundamentar a heterogeneidade constitutiva do discurso: o dialogismo do círculo de Bakhtin e a psicanálise na interpretação lacaniana de Freud. Para o primeiro ponto de vista, a interação com o discurso do outro constitui qualquer discurso. Para o segundo, o discurso se constitui atravessado pelo discurso do Outro. Dessa forma, "todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos 'outros discursos' e pelo 'discurso do Outro'" (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.69). Trata-se da heterogeneidade da palavra e do descentramento do sujeito.

Por tratar da enunciação, o trabalho de Authier-Revuz se situa na região do esquecimento

número dois: "ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro" (ORLANDI, 1999, p.35). Produz-se, por meio desse esquecimento, a impressão da realidade do pensamento (uma *ilusão referencial*), fazendo-se acreditar na relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Assim, pensa-se que o que se diz só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras, como se a relação entre palavra e coisa fosse natural. Ainda segundo Orlandi (1999, p.35), esse esquecimento atesta que "a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos". Esta autora ainda afirma que o esquecimento enunciativo é "semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos".

Considerando as condições de produção segundo as quais os enunciados foram produzidos e a formação discursiva dos sujeitos autores dos enunciados, podemos afirmar que as formas linguísticas analisadas deixaram as significações que apresentavam comumente, passando a assumir significações pejorativas. Ao serem empregadas no contexto político, no confronto entre discursos políticos da situação e da oposição, surgem para "mascarar" os reais efeitos de sentido pretendidos. Quando, por exemplo, um político da base do governo é chamado de **mensaleiro** por outro da oposição, este pretende que se conceba os acordos escusos daquele como uma atividade corriqueira realizada por um profissional no assunto. Por outro lado, quando o político ligado ao governo enuncia que isso é **denuncismo**, encontra na própria palavra uma forma de autodefesa, já que o **denuncismo** não se baseia em provas contundentes, desmerecendo, portanto, credibilidade.

Somos conduzidos, então, com essas afirmações, a Charaudeau (2006, p.23), para quem “a palavra política é cheia de armadilhas”.

Os efeitos de sentido provocados pelas ocorrências em questão, em seus contextos específicos de realização, não coincidem com seu sentido prescritivo, não são óbvios, transparentes... Assumem outro sentido, não-coincidente. Porém, gostaríamos de deixar claro que essas formas não-coincidentes não derivam da intencionalidade, mas de uma “negociação obrigatória” do enunciador com as não-coincidências (ou heterogeneidades enunciativas) que atravessam seu dizer.

Ao transferirem um outro sentido (não óbvio) aos termos empregados, tanto os políticos da oposição quanto os da situação antecipam o efeito de sentido pretendido por meio da própria forma linguística. É o que Authier-Revuz chama de *configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa – a modalização autonímica da enunciação atravessada por sua auto-representação opacificante*. O dizer se representa de forma reflexiva e opaca, tendo-se um sujeito que retorna ao discurso para negá-lo. Desta forma, quando as ocorrências apontadas são enunciadas em seus contextos específicos, ao mesmo tempo em que são enunciadas são também comentadas através de um dizer que se volta para si mesmo. Trata-se do fenômeno da metaenunciação, que, segundo Authier-Revuz (1998, p.166), vem a ser o *efeito de retorno reflexivo pelo qual uma enunciação ao se produzir se reveste de um comentário sobre ela mesma*. Esse comentário é que vai manifestar o esforço em tratar dos outros sentidos que existem no contexto.

As ocorrências analisadas são, portanto, *estritamente reflexivas*, já que num único ato de enunciação há um dizer seguido de um comentário desse dizer:

Neste ‘retorno do dizer’ [...], o discurso sobre a prática da linguagem emerge dessa prática, nos pontos do dizer que, para se completarem, requerem ‘o a mais’ de um comentário: nesses pontos se conjugam os dois planos da prática e da representação, como parte dessa prática, sendo a dimensão imaginária das representações do dizer parte estritamente integrante, portanto, do fato de dizer. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.181).

Ao tratar da oposição entre *explícito vs. interpretativo*, tendo como objeto o discurso relatado, aponta três níveis:

- formas marcadas, unívocas;
- formas marcadas que exigem um trabalho interpretativo;
- formas puramente interpretativas.

Gostaríamos de destacar o segundo nível, o qual é representado pelas “aspas, itálicos, entonação de modalização autonímica que apresentam uma marca, mas uma marca que deve ser **interpretada** como referência a um outro discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.143).

Transpondo as afirmações da autora ao nosso objeto, acreditamos que os sufixos é que permitem que as ocorrências analisadas possam funcionar como *formas marcadas que exigem um trabalho interpretativo*, já que, por meio delas, há um dizer não óbvio comentado pela própria forma em uso, exigindo, portanto, um trabalho interpretativo. No comentário, pudemos conferir que a forma usada permite uma outra leitura, deixando seu sentido literal e prescritivo em função daquele que a situação discursiva exige. O sufixo é a própria marca de heterogeneidade constitutiva de outro efeito de sentido.

O trabalho interpretativo parte da forma (os sufixos **-eiro** e **-ismo**) com função ideológica. Os sufixos representam, pois, as glosas metaenunciativas de que fala Authier-Revuz. Manifestam-se na superfície do dizer e, como bem lembra a autora, *não são da ordem do ornamento*. Essas formas é que prendem os dizeres no *jogo dispersante das não-coincidências*, sendo caracterizadas pela autora como “jogos sérios fundamentais”.

Com base no exposto, podemos concluir que os sufixos **-eiro** e **-ismo** funcionam, nas ocorrências analisadas, como modalizadores autonímicos. E mais: além de caracterizarem em seus contextos enunciativos, de forma simultânea, um uso e um comentário sobre o mesmo, o fazem pra desqualificar o discurso do outro. São, portanto, modalizadores autonímicos derrisórios.

Por derrisão Bonnafous (2003, p.35) entende a “associação do humor e da agressividade que a caracteriza e a distingue da pura injúria”. É muito comum seu uso no discurso político, visto que ao descaracterizar o discurso do oponente, obtém-se com isso vantagens políticas. Para Baronas (2004, p.156), a temática da derrisão

centra-se em questionar por meio da sátira a ordem estabelecida e/ ou os valores largamente cristalizados em nossa sociedade. Tal questionamento tem como alvo preferido as



mais diferentes autoridades sociais e se impõe a ler sob diferentes facetas: nas charges, nas caricaturas, nos pastiches, nas piadas, nos jogos de palavras, etc.

Postulamos, assim, com base nos exemplos arrolados, que a sufixação se constitui em mais uma das facetas para se ler a derrisão, enquanto uma estratégia que visa a descaracterizar o oponente, devendo, portanto, ser vista, a partir do percurso que fizemos, como constitutiva do discurso político.

Quando os políticos empregam uma palavra ligada a um dos sufixos em questão, o fazem para “mascarar” os reais efeitos de sentido pretendidos. Empregar os termos já existentes (denúncia, eleitoral...) revelaria o óbvio. Então, eles formam novas palavras ou ressignificam as já existentes (denuncismo, eleitoreiro...). Dessa forma, eles “dizem sem dizer”, não se comprometendo com as não-coincidências que constituem tal dizer. Escondem-se, afinal, na significação discursiva que as palavras trazem. No entanto, é a significação pejorativa que faz sentido; é esta que precisa predominar, já que é a partir desta que o oponente é desqualificado. Em outras palavras, o político “trama” sentidos.

Assim, acreditamos que as condições de produção – o cenário político brasileiro – e as formações discursivas dos sujeitos enunciativos – de oposição/ de situação – determinam o uso da modalização autonímica derrisória, sendo esta não intencional do sujeito enunciativo, mas constitutiva do discurso político. Desta forma, inconsciente e ideologia se materializam nas formas com **-ismo** e **-eiro** para corroborar com a afirmação de que *não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia*.

1 - Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMT e professora da área de Língua Portuguesa da UNEMAT, campus de Tangará da Serra. E-mail: rejanecenturion@yahoo.com.br.

2 - Segundo Rocha (1998, p.110), “sufixos homófonos são sufixos que apresentam a mesma seqüência fonética, mas sentidos e/ ou funções diferentes”.

3 - Gostaríamos de esclarecer que optamos pela denominação “discurso de oposição/ situação” e não “discurso de direita/ esquerda” em virtude da situação política a qual se encontrava o país.

4 - Em seu projeto inicial, nas primeiras

candidaturas, o PT declarava-se um partido de esquerda que não fazia alianças com partidos de direita. Porém, a partir das eleições de 2002, seu perfil foi modificando-se. Com os escândalos do mensalão, então, ficou mais difícil definir “esquerda” e “direita” na política brasileira.

5 - Grifo da autora.

Aceito para publicação em 01.06.2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **A gênese do lulismo**. Disponível em: <<http://www.enlace.com.br>>. Acesso em: 20.fev.2006.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BARONAS, Roberto Leiser. Notas breves sobre a derrisão no gênero discursivo fotografia. **Polifonia**, Revista do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem do Instituto de Linguagens, Cuiabá, ano 7, n.8, p.149-160, 2004.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática brasileira**. 33. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

BONNAFOUS, Simone. o bom uso da derrisão em J. M. Le Pen. Tradução de Maria do Rosário Gregolin e Fábio César Montanheiro. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos-SP: Claraluz, 2003. p. 35-48.

CEGALLA, Domingos paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 39. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto: 2006.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.



- DIAS, Alexandre. **A morte do PT-lulismo**. Disponível em: <<http://www.tucanusp.blogspot.com>>. Acesso em: 29.mar.2006.
- FIORIN, José Luiz. Discurso de um sufixo. **Revista Língua Portuguesa**, São Paulo, n.8, p. 36-37, 2006.
- JONES, Alberto da Silva. **Corrupção o golpismo e a traição**. (sic) Disponível em: <<http://www.vermelho.com.br>>. Acesso em: 25.ago.2005.
- MAINARDI, Diogo. O **lulismo-lelé**. Revista Veja Online, 08.jul.2006. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/120706/mainardi/html>>. Acesso em: 27.ago.2006.
- MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- NEVES, Felipe. **"Petismo" deve prevalecer sobre "lulismo", diz dirigente do PT**. Folha On-line, 13/11/06. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acesso em: 17.jul.2006.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas-SP: Pontes, 1999.
- PETRY, André. **O código dos vinte**. Revista Veja, 17.05.2006, p.47.
- PONTES, Ipojuca. **Stalinismo e lulismo**. Disponível em: <<http://www.midiaseम्मascara.com.br>>. Acesso em: 17.jul.2006.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. (Coleção Aprender).
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. ção de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.

